

APRESENTAÇÃO DA TRADUÇÃO

UMA LEITURA OPERARISTA DA HISTÓRIA. APRESENTAÇÃO DO TEXTO *JOHN MAYNARD KEYNES E A TEORIA CAPITALISTA DO ESTADO EM 29*, DE ANTONIO NEGRI

Jefferson Viel¹

Resumo: Neste volume é oferecida a tradução, inédita para a língua portuguesa, de *John M. Keynes e a teoria capitalista do Estado em 1929*, um importante ensaio de Antonio Negri publicado originalmente em 1968. A fim de apresentá-lo ao leitor lusófono, pretendo primeiramente destacar o lugar desse ensaio no interior do itinerário filosófico do autor, considerando especialmente o contexto de seu retorno à produção filosófica após o período por ele mesmo chamado de “propedêutica à luta de classes” e a sua filiação ao chamado “operarismo italiano”. Em seguida, tecerei algumas considerações gerais sobre a interpretação negriana da obra de Keynes, enfatizando a dita “intuição política” manifestada pelo economista britânico em relação ao novo lugar da classe operária no cenário econômico do pós-guerra e o desdobramento dessa intuição num corpo teórico sistemático. Por fim, espero situar no interior de certo percurso teórico-político operarista dos anos 1960 tanto a tese de Negri sobre a emergência do Estado-social a partir da teoria keynesiana quanto a afirmação de um novo marco histórico nos desenvolvimentos capitalista e da luta de classes a partir de 1917-1929, além de indicar o surgimento de um marco ulterior desses desenvolvimentos nos eventos ocorridos em 1968.

Palavras-chave: Antonio Negri – John Maynard Keynes – operarismo italiano – Estado-social – 1917 – 1929

¹ Doutorando em Filosofia pela Universidade de São Paulo sob orientação do professor Homero Santiago. E-mail: jefferson.viel@usp.br

Em diversos momentos, esta apresentação recorre a – e, não raro, desenvolve – pontos trabalhados no segundo capítulo de minha dissertação de mestrado, intitulada *A formação do conceito de trabalho imaterial na filosofia de Antonio Negri*.

Rumo ao operarismo: interrupção da escrita e propedêutica à luta de classes

Desde cedo, o itinerário filosófico de Antonio Negri envolveu uma espécie de vida dupla. Por um lado, havia uma carreira universitária formidável. Em 1956, com apenas vinte e três anos de idade, ele se torna professor assistente da Universidade de Pádua, e, dois anos mais tarde, obtém pela mesma instituição o título de *libera docenza* (equivalente ao doutorado brasileiro), defendido com uma tese sobre o historicismo alemão. Nos anos seguintes, publica um estudo sobre o formalismo jurídico no kantismo e uma tradução de textos do jovem Hegel para o italiano, além de tornar-se catedrático da Universidade de Pádua em 1966 e diretor de seu Instituto de Ciências Políticas no ano seguinte. Por outro, havia o início de uma duradoura atividade política. Em 1958, ele passa a militar junto aos operários do polo petroquímico de Porto Marghera, localizado entre Pádua, onde desenvolvia suas atividades profissionais, e Veneza, onde morava. Essa militância se intensifica ao longo dos anos 1960 e, devido a sua crescente participação nas lutas políticas operárias, a produção filosófica do jovem pensador italiano diminui drasticamente, sendo interrompida quase por completo a partir de 1962.

Quando entrevista Negri, Cesare Casarino recorda um comentário de Gilles Deleuze sobre esses períodos de interrupção da escrita em um itinerário filosófico. “É isto que me parece interessante nas vidas, os buracos que elas comportam [...]. É talvez nesses buracos que se faz o movimento”, dizia o pensador francês.² Tais buracos podem ser encontrados, por exemplo, na trajetória de Michel Foucault, que, após publicar *A vontade de saber*, em 1976, interrompeu sua escrita por oito anos, abandonando – ou, ao menos, alterando radicalmente – o projeto inicial da *História da sexualidade* e publicando *O uso dos prazeres* e *O cuidado de si* já no fim de sua vida, em 1984. Igualmente, eles são verificados na trajetória do próprio Deleuze, que, a despeito de seu ritmo de produção ulterior, precisou “perfurar a parede para não dar mais cabeçadas”³ após a escrita de *Empirismo e subjetividade*, de 1953, publicando *Nietzsche e a Filosofia* somente nove anos depois.

Em geral, não é fácil avaliar esses períodos lacunares de um itinerário filosófico. Mesmo quando esse tipo de avaliação é feito por alguém cuja dedicação à filosofia e a sua história são modelares, como no caso de Deleuze, as conclusões costumam a ultrapassar o plano conjectural. Assim, ao período de interrupção da escrita na trajetória intelectual de Foucault será atribuída uma crise condicionada por uma série de fatores biográficos – “talvez um desânimo vindo de mais longe, o fracasso final do movimento das prisões; numa outra escala, a perda de esperanças mais recentes, Irã, Polônia” – e filosóficos – “suponho que ele se depara com a questão: não há nada ‘além’ do poder? Será que ele não está se fechando nas relações de poder, como num impasse?” – cuja distinção é assaz incerta – “o pensamento jamais foi questão de teoria. Eram problemas de vida. Era a própria vida”.⁴ Paradoxalmente, o mesmo pode ser verdade quando se trata de avaliar o próprio itinerário. Quanto à interrupção da escrita em sua trajetória, Deleuze revela: “sei [...] o que fazia, onde e como

² DELEUZE, “Sobre a filosofia”, p. 176.

³ DELEUZE, “Sobre a filosofia”, p. 176.

⁴ DELEUZE, “Um retrato de Foucault”, pp. 139, 140 e 135, respectivamente.

vivia durante esses anos, mas o sei abstratamente, como se um outro me contasse lembranças nas quais acredito, mas que não tenho de verdade”.⁵

É distinto, porém, o caso de Negri. Os “buracos” em sua trajetória intelectual estão fartamente documentados em textos autobiográficos redigidos ao longo de sua carreira, e a partir deles é possível apontar com relativa precisão as engrenagens responsáveis pelo movimento ocorrido entre a produção acadêmica de sua primeira juventude e sua produção filosófico-política posterior.

Dentre elas destaca-se o contato com a obra de Karl Marx. Como o próprio Negri informa, sua descoberta dos textos marxianos ocorreu “tardamente”, aos 29 anos de idade. Antes disso, sua formação filosófica, iniciada já no ensino secundário, havia passado pelo estudo dos principais nomes da Antiguidade e do Renascimento Italiano, além de diversos pensadores das filosofias moderna e contemporânea, em especial os de extração germânica. Destes últimos, a influência de G. W. F. Hegel e de György Lukács, ou ainda de um “hegelianismo lukacsiano”, para usar os termos de nosso autor, é particularmente importante.

Anteriormente à tradução dos escritos do jovem Hegel para o italiano, Negri havia se dedicado ao estudo de sua filosofia do direito. Nesse contexto, o sistema hegeliano e particularmente a dialética eram vistos como uma “filosofia da modernidade”, ao mesmo tempo capazes de enfrentar problemas concretos da contemporaneidade de Hegel, notadamente os surgidos na esteira da Revolução Francesa, e de orientar a abordagem de questões contemporâneas ao próprio Negri, sobretudo aquelas trazidas pelo pós-guerra. Havia, então, uma leitura progressista e fortemente influenciada pelo Lukács de *História e Consciência de Classe* do filósofo alemão, sendo esse “hegelianismo de esquerda” a primeira engrenagem a introduzir nosso autor ao marxismo.⁶

A introdução ao marxismo por meio da história da filosofia, entretanto, é a menos importante. Em mais de uma ocasião, Negri recorda o papel de Raniero Panzieri para sua inserção na obra de Marx. Ao cabo dos anos 1950, o jovem professor da Universidade de Pádua se filia ao Partido Socialista Italiano (PSI), do qual Panzieri era Secretário Geral de Cultura, e se engaja nos *Quaderni Rossi* (1960-1964), dos quais este foi fundador. Em uma conjuntura de retomada dos escritos marxianos, praticamente excluídos dos quadros socialistas e comunistas da Itália, Panzieri exorta Negri e outros jovens membros do PSI ao estudo do primeiro livro d’*O capital*. Esse estudo se diferencia das tradicionais leituras da obra do pensador alemão na medida em que não se subordina ao dogmatismo presente nas interpretações do chamado “marxismo oficial” e tampouco aos critérios acadêmicos de investigação caros ao nosso autor. Tratava-se, diversamente, de uma leitura feita com os operários, mergulhada em suas questões e orientada à compreensão dos desenvolvimentos capitalista e da luta de classes.

Dito de outro modo, o contato negriano com os escritos de Marx foi inteiramente mergulhado na realização da *inchiesta operaia*, da investigação conduzida com operários e a

⁵ DELEUZE, “Sobre a filosofia”, p. 176.

⁶ Cf. NEGRI, “A class-struggle propaedeutics”, p. 49. Para uma suma em língua portuguesa da leitura que Negri faz de Hegel, especialmente no que poderíamos chamar de primeiro período de sua trajetória filosófica, remeto a FONSECA, “Negri, Hardt e a dialética hegeliana”, esp. pp. 173-175.

partir de seu ponto de vista. Havia uma curiosidade, um desejo de “compreender exatamente o que era o trabalho, o que eram as formas de organização, o que era a classe operária, o que era a exploração, o que era o salário, etc.” que guiava o pensador italiano para a fábrica e fazia do polo petroquímico de Porto Marghera a fonte de todas suas explorações e descobertas. Nesse sentido, ele pôde dizer a respeito do período de interrupção de sua escrita:

a fábrica era meu arquivo – um arquivo excepcional. Minha pesquisa consistia em chegar aos portões da fábrica às cinco da manhã e lá permanecer até as oito distribuindo panfletos, conversando e me embebedando de grapa com os operários, enquanto era cercado pela espessa neve do inverno e pelo insuportável cheiro de óleo. Então, ia embora e lecionava na Universidade de Pádua. Por fim, retornava a Porto Marghera às cinco da tarde para encontrar novamente os operários bem como para escrever os panfletos que distribuiríamos no dia seguinte.⁷

Para além do contato com a obra de Marx, portanto, o período de interrupção da escrita de Negri foi marcado por certa inserção no mundo operário. A seu “aprendizado em filosofia” sobreveio uma “propedêutica à luta de classes”, que constituiu uma segunda – e mais importante – engrenagem, responsável não só por mover a primeira, qual seja, sua leitura da tradução dialético-marxista, como também por provocar uma inflexão que marcará tanto o percurso traçado por nosso autor durante os anos 1960 e 1970 quanto seu itinerário filosófico-político posterior, até os dias atuais.

O primeiro impacto dessa propedêutica pode ser verificado no retorno de Negri à escrita. De fato, é justamente o desenvolvimento da luta operária no ambiente produtivo que o impele novamente à redação de trabalhos filosóficos. A fábrica permite de maneira concretíssima que seus estudos sejam direcionados à prática, algo pretendido desde seus primeiros escritos. No entanto, diferentemente daqueles, nos quais o império da academia era inelutável, os textos negrianos publicados a partir de 1968, ano que, segundo o autor, encerra não só sua propedêutica à luta de classes, mas toda e qualquer propedêutica, são embebidos de certa urgência, agora advinda das plantas fabris. A partir de 1968, nota-se inclusive uma importante mudança nos objetos dos textos negrianos. O interesse pela filosofia do direito e os problemas a que ela se dedica, examinados principalmente a partir do pensamento germânico, dá lugar à preocupação com os problemas da contemporaneidade italiana, levantados desde o movimento operário. A esse respeito, diz Negri: “Eu comecei a escrever – e continuei a fazê-lo por um longo período de tempo – estritamente sobre a base das necessidades do movimento: em certo sentido, esses escritos foram feitos sob encomenda”.⁸ Nesse período, portanto, vem à luz uma produção filosófica que se distancia do formato presente nos escritos universitários de sua primeira juventude e que doravante assume um caráter propriamente operarista.

⁷ NEGRI, “A class-struggle propaedeutics”, p. 52. Para um relato autobiográfico da atuação de Negri em Porto Marghera, ver “Un intellettuale fra operai”, pp. 140-150.

⁸ NEGRI, “A class-struggle propaedeutics”, p. 58.

É precisamente esse o contexto em que o ensaio ora apresentado se coloca. Publicado originalmente no primeiro número da revista *Contropiano* (1968-1971), ele é fruto de uma pesquisa desenvolvida silenciosamente por dez anos, durante o contato de Negri com os trabalhadores de Porto Marghera. De fato, os resultados dessa *inchiesta* são consistentemente propostos e a adoção do ponto de vista operário é francamente assumida em *John M. Keynes e a teoria capitalista do Estado em 1929*, o que permite identificá-lo como a primeira “encomenda” entregue por nosso autor ao movimento operário, como o marco inicial da fase operarista de sua trajetória filosófica após um período de seis anos de interrupção da escrita.⁹ A partir de então, Negri se tornará um dos mais importantes representantes do operarismo italiano e, em termos mais gerais, da chamada esquerda extraparlamentar daquele país, além de participar de eventos decisivos para a história recente do *bel paese* e, por isso, ser politicamente perseguido no fim dos anos 1970.

Estruturalmente, *John M. Keynes e a teoria capitalista do Estado em 1929* é dividido em quatro partes. Na primeira, há a instituição de um novo marco e a definição de um novo período da história dos desenvolvimentos capitalista e da luta de classes a partir de 1917-1929. Nas demais, tendo por referência o teórico burguês que melhor as teria compreendido, qual seja, John Maynard Keynes, há a investigação da transição para esse novo período, bem como a indicação das consequências que a obra do economista britânico trouxe para as configurações econômicas e políticas de grande parte do século XX. Nesta apresentação, porém, inverterei o caminho originalmente traçado por Negri e dedicar-me-ei primeiramente a sua interpretação da obra de Keynes e, depois, ao lugar dessa leitura na sistematização filosófica de algumas teses fundamentais do operarismo italiano.

O retorno à escrita: Keynes, da intuição política à ciência econômica

Para Negri, o grande mérito do pensamento de Keynes está no reconhecimento da mudança no equilíbrio de forças entre as classes operária e capitalista a partir do término da Primeira Guerra Mundial. Esse reconhecimento viria inicialmente a público em 1919, sob a forma de uma “intuição política”. Em *As consequências econômicas da paz*, Keynes conduz uma forte crítica ao Tratado de Versalhes. Em vez de servir à garantia de uma nova ordem política e econômica da Europa no primeiro pós-guerra, salvando-a, assim, da ruína, o Tratado teria sido usado como um instrumento punitivo; por um lado, quando expressa as frustrações e vinganças dos países vencedores, alimentadas não só durante a guerra, mas ao longo de

⁹ Interrupção da escrita, aqui, diz respeito especificamente à escrita filosófica, visto que, seja em razão de sua atividade profissional ou de sua militância com os operários, Negri publicou alguns poucos panfletos políticos, artigos enciclopédicos e resenhas de livros durante esse período. Somado a isso, destacamos que em 1964 ele redige um ensaio intitulado *Il lavoro nella Costituzione*, que guarda acentuada importância para o autor e, de fato, marca a transição entre os escritos da sua primeira juventude e aqueles, operaristas, dos anos 1960 e 1970. Contudo, embora Negri o eleja como seu primeiro escrito marxista, ou ainda seu primeiro escrito propriamente operarista, *Il lavoro nella Costituzione* permanecerá inédito por treze anos e será publicado apenas no ano de 1977, em *La forma-Stato*, de modo que são as investigações sobre Keynes e o Estado-social que primeiramente vêm à público durante a trajetória intelectual negriana. Para esse tema, cf. NEGRI, “La costituzione del lavoro”, p. 122.

séculos; por outro, quando revela a incompreensão das lideranças capitalistas quanto à nova dimensão que a luta de classes havia adquirido após o sucesso da Revolução de Outubro.

As imposições feitas pelos Aliados à derrotada Alemanha são um caso exemplar desse rancor diplomático. Keynes dedica especial atenção a esse assunto e alerta para os riscos que o peso das reparações de guerra poderia trazer não só para o desenvolvimento econômico alemão como também para a paz na Europa e, em última instância, para a manutenção do sistema capitalista como um todo. A seu ver, o melhor caminho a ser tomado era justamente o oposto. No lugar do empobrecimento deliberado da Alemanha, que poderia levar a uma guerra civil sem precedentes, era preciso estimular o fortalecimento de sua economia. Assim, os países vencedores contribuiriam com a recondução de seu antigo inimigo ao importante posto de “fonte de criação e ordenação de riqueza de seus vizinhos orientais e meridionais”¹⁰ e, por conseguinte, com o desenvolvimento de toda a Europa.

De acordo com a interpretação de Negri, ao criticar o Tratado e propor tal alternativa para a solução do problema europeu no primeiro pós-guerra, Keynes visava a um só tempo conter as agitações sociais que tomavam a Alemanha naquela época, nomeadamente as revoltas operárias que compuseram a chamada Revolução de 1918-1919, e estabelecer no centro da Europa um bastião contra a ameaça bolchevique, que avançava a partir do Leste. Assim, as duas frentes de defesa estabelecidas de forma imediatista e pontual pelos dirigentes dos países capitalistas contra o avanço do poder operário – quais sejam, o isolamento geopolítico da Rússia socialista no plano externo e a repressão dos movimentos e, particularmente, dos sindicatos e conselhos operários no plano interno – poderiam ser unificadas numa única e mais consistente estratégia de recuperação e de reorganização da ordem capitalista.

Porém, prossegue o operarista, o que até 1919 era apenas uma intuição política deverá transformar-se em teoria científica. Para explicar esse processo, que avança gradualmente ao longo dos anos 1920, Negri – sem perder de vista a problemática geral que o subjaz, a saber, o fortalecimento político da classe operária, que agora tinha na Revolução de Outubro um ponto de referência inescapável – considera tanto o exame dos escritos keynesianos desse período quanto os acontecimentos políticos em seu entorno.

Primeiramente, há o fracasso da revolução proletária na Alemanha ao fim dos anos 1910. Assim, Keynes pôde mostrar uma posição mais otimista em relação às consequências do Tratado de Versalhes e rever algumas de suas teses sobre esse assunto já em 1922, em *A revision of the Treaty*. Não obstante, a intuição política que levava o economista à crítica mordaz do Tratado não é abandonada, e tampouco é interrompido seu contínuo processo de afastamento em relação à ordem econômica do pré-guerra. Ao invés, o decorrer dos acontecimentos políticos na Europa permitiu o enriquecimento de ambos, que doravante prolongar-se-ão à luz de uma “avaliação radicalmente nova das grandes dimensões do desenvolvimento [capitalista]”.¹¹

Para tanto, o cenário político da própria Inglaterra seria fundamental. Ali, a combatividade operária voltava a atingir um alto grau de magnitude, culminando na Greve Geral de 1926. A potência da organização e da luta operária já observada por Keynes em

¹⁰ KEYNES, *As consequências econômicas da paz*, p. 204.

¹¹ NEGRI, “John Maynard Keynes e a teoria Capitalista do Estado em 29”, *infra*.

outros países europeus, nomeadamente a Rússia e a Alemanha, apresentava-se então em sua própria terra, pondo de maneira imediata a crise da velha ordem econômica. Não era mais possível deixar de lado a classe operária e, nessa época, observa Negri, o operariado inglês “entra em cena segundo toda sua autônoma figura revolucionária” nos escritos do economista britânico, ocupando um papel cada vez mais importante para o desenvolvimento de seu pensamento.¹²

Em termos propriamente teóricos, isso pode ser conferido no ataque keynesiano à Lei de Say. Verdadeiro pilar do *laissez-fairisme* que caracterizava a ordem econômica do pré-guerra, a Lei de Say advoga o equilíbrio natural entre oferta e demanda, concebe o sistema capitalista como inteiramente espontâneo e autorregulado e, assim, exclui qualquer fator político da ciência econômica. No entanto, argumenta Keynes segundo a leitura de Negri, as variáveis do equilíbrio econômico foram politicamente alteradas pela classe operária. A potência de sua organização, exposta contundentemente em 1926, foi capaz de “interferir no jogo livre de forças entre oferta e demanda”.¹³ Destarte, a validade da Lei de Say – se é que já existiu de fato – é profundamente abalada. O *laissez-fairisme* do pré-guerra, e com ele toda a velha ordem capitalista, não pode se sustentar em um ambiente de alta combatividade operária. Por conseguinte, uma vez que a própria manutenção do capitalismo é posta como problema teórico, faz-se necessário abandonar qualquer formalismo e remeter a ciência econômica à realidade histórica, agregando-lhe aquele fator político anteriormente desprezado, qual seja, o antagonismo da classe operária.

Com sua crítica ao equilíbrio natural dos mercados, afirma Negri, Keynes investe radicalmente contra a ideologia econômica do século anterior e põe em xeque o próprio objeto da economia liberal. Todavia, se é verdade que este abandona a concepção liberal de equilíbrio, a noção de equilíbrio em si mesma jamais deixará de fazer parte de sua reflexão teórica. Assim, a destruição da noção de equilíbrio servirá somente para sua reconstrução e o que estará em jogo será um novo modelo, adequado às novas relações de força que se apresentavam nas duas primeiras décadas do século XX. Tal modelo será edificado em 1936, na *Teoria geral do emprego, do juro e da moeda*, doravante *Teoria geral*.

Ao investigar a construção desse novo modelo de equilíbrio econômico e, ao mesmo tempo, a passagem de Keynes da intuição política à ciência, Negri toma por fio condutor as considerações do economista britânico sobre o intervencionismo do Estado. Tais considerações, é verdade, já estão presentes nos escritos keynesianos dos anos 1920. Porém, argumenta o operarista, nesses escritos elas se apresentam negativamente, como exigência política para mediar o conflito entre as classes ou como mero corolário da crítica ao *laissez-faire*. Semelhante quadro, todavia, seria alterado com o colapso de 1929 e com a Grande Depressão que o seguiu. A partir de então, a intervenção do Estado será chamada a desempenhar um papel positivo e estruturante no sistema keynesiano.

Isso seria primeiramente verificado na noção de “expectativa”. Diante da crise, as expectativas dos investidores foram profundamente abaladas, o que derrubou os níveis de investimento e, conseqüentemente, as taxas de eficiência marginal do capital. Assim, o

¹² NEGRI, “John Maynard Keynes e a teoria Capitalista do Estado em 29”, *infra*.

¹³ KEYNES, “Am I a Liberal?” *apud* NEGRI, “John Maynard Keynes e a teoria Capitalista do Estado em 29”, *infra*.

“empreendedorismo confiante”, velha base das expectativas a longo prazo, vê-se ameaçado por toda uma gama de riscos que escapam a qualquer controle por parte dos homens de negócios. Ou seja, para usar as palavras de Negri, “a crise destruiu a certeza do futuro, aquela convenção fundamental [...] da correspondência dos efeitos às expectativas”, o que só fazia prolongar a depressão econômica. Desse modo, era mister afastar os temores quanto ao futuro e trazer de volta a confiança e as expectativas dos investidores. Para cumprir essa tarefa, Keynes propõe a fixação do futuro no presente por intermédio de uma convenção, na qual irá “se supor que a situação existente dos negócios continuará por tempo indefinido, a não ser que tenhamos razões concretas para esperar uma mudança”.¹⁴ É preciso, no entanto, dizer que a convenção não concerne meramente aos capitalistas individuais, dado que eles se tornaram incapazes de garantir a confiança e as expectativas do mercado como um todo. É o Estado que deverá garantir a convenção, eliminando ao máximo os riscos dos investimentos e estabelecendo um ponto de referência substancial para as formas e os ritmos do desenvolvimento. Nesse primeiro sentido de intervencionismo, assinala Negri, o Estado “deve estender sua intervenção até constituí-la em atividade planificadora [...]. Em sua intervenção, [ele] agirá conforme normas, impondo o que deve ser”. Assim, malgrado não possa garantir a certeza dos eventos futuros, o Estado, pela força da lei, deverá garantir um terreno comum em que todos possam fundamentar suas decisões, deverá garantir a “certeza da convenção”.¹⁵

Contudo, prossegue Negri, afastar os temores quanto ao futuro é insuficiente. Além de minar a confiança no longo prazo, a crise alertava mais uma vez para o risco de sublevação iminente da classe operária, de modo que não só a incerteza quanto ao futuro, mas também uma ameaça presente, o “partido da catástrofe”, colocava em risco a manutenção do sistema capitalista.¹⁶ Assim, o projeto keynesiano precisava dedicar-se também ao tempo presente para garantir a manutenção do sistema e, assim, dar um segundo sentido ao intervencionismo de Estado. A intervenção formal, que buscava garantir a convenção sobretudo por meios jurídicos, não basta. A ameaça precisava ser contida *de facto*. Destarte, para além da função planificadora, o Estado será chamado a ocupar-se também dos investimentos, transformando-se numa estrutura econômica e, enquanto tal, num sujeito produtivo. Nesse momento, quando o Estado se faz representante do capital coletivo, assinala Negri, nasce o “Estado-social”.

Três operações teóricas permitiriam, por um lado, o aprofundamento da ideia de intervencionismo do Estado e, por outro, a interiorização da classe operária no sistema econômico keynesiano: a equivalência entre investimento e poupança, o princípio da demanda efetiva, e a teoria da queda tendencial da taxa de juros. O espaço dedicado a esta apresentação não permite que acompanhem em detalhe tais operações. No entanto, pode-se pontuar que, na primeira, menos que uma descrição científica da realidade econômica, trata-se uma prescrição, necessária para garantir ao Estado uma “manobrabilidade política”

¹⁴ KEYNES, *A teoria geral do emprego, do juro e da moeda*, p. 163.

¹⁵ Para as citações de Negri, cf. “John Maynard Keynes e a teoria Capitalista do Estado em 29”, *infra*.

¹⁶ “Partido da catástrofe”, em sentido específico, é como Keynes nomeia a ala revolucionária do Partido Trabalhista inglês. Por sua vez, Negri se vale desse nome para, em termos gerais, referir-se à classe operária subversiva. Cf. KEYNES, “Am I a Liberal?”, pp. 297 *et seq*; NEGRI, “John Maynard Keynes e a teoria Capitalista do Estado em 29”, *infra*.; e NEGRI, *Marx além de Marx*, pp. 31 e 38.

da ordem econômica; na segunda, é conferida subjetividade ao tradicional conceito de demanda e, dessa maneira, a classe operária é levada para o interior da teoria econômica como seu ponto de ancoragem (aqui, a noção de rigidez dos salários à baixa é fundamental); enfim, na terceira, com a equivalência entre juro e lucro, o economista britânico aproxima a teoria monetária e teoria da produção, transforma o Estado-social em um “Estado fundado no trabalho” e, assim, mistifica a nova relação de forças entre as classes, que, desde 17, mudaram, em favor da classe operária.

Uma leitura operarista da história: a forma-Estado de 1929 a 1968

No início de *John M. Keynes e a teoria capitalista do Estado em 1929*, Negri organiza certa leitura da história dos desenvolvimentos capitalista e da luta de classes presente no meio operarista desde a “revolução copernicana” de Mario Tronti. Essa história tem seu marco inicial em 1848, quando naquele “maldito junho” a classe operária descobriu sua autonomia em relação ao capital e, pela primeira vez, ameaçou a ordem burguesa. Seu segundo marco é cravado em 1871, com a Comuna de Paris, cuja derrota levou à consciência da necessidade de organização política da autonomia operária. Finalmente, aquilo que já havia sido mostrado em 1848 e em 1871, isto é, a possibilidade de emersão da classe operária como variável independente do desenvolvimento capitalista, atinge sua plena realização em 1917, com a Revolução de Outubro e a estruturação da autonomia operária conforme uma nova forma-Estado.¹⁷

Mas se 1917 é o ponto de chegada do processo iniciado nas barricadas parisienses, ele é igualmente um novo ponto de partida. A revolução, evidentemente, não passa despercebida ao capital e os dirigentes dos principais Estados capitalistas prontamente reagem a ela. Primeiramente, com a tentativa de externar o problema. Para que a Revolução de Outubro não contamine o restante da Europa, a Rússia é isolada diplomática e militarmente. Contudo, o problema também se apresenta no interior dos Estados capitalistas: Alemanha, Estados Unidos, Inglaterra, em toda parte a ameaça operária se faz presente. Para refreá-la, era preciso atacar a composição política em que a classe se apresentava e, para tanto, destruir a vanguarda, apartá-la das massas. Isso é feito por meio da transformação do tecido produtivo, fortemente marcado pela presença de “operários profissionais”, detentores de grandes qualificação e experiência na execução de seu ofício. A adoção do taylorismo e do fordismo como as formas hegemônicas de organização da produção permitiu uma desqualificação e massificação sem precedentes da força de trabalho e, por conseguinte, o enfraquecimento político das vanguardas operárias.

Esse processo já havia sido examinado no interior do operarismo em ao menos duas frentes. Em uma, Sergio Bologna conduziu uma análise histórica das relações entre a organização da produção nas fábricas de máquinas e ferramentas industriais e a organização política dos trabalhadores sob a forma de conselhos na Alemanha do pré-guerra. De acordo com o historiador, os operários profissionais compunham uma organização “atrasada” da

¹⁷ Sobre a revolução copernicana de Tronti, cf. TRONTI, “Lênin na Inglaterra”. Além disso, ver também a apresentação a esse ensaio redigida por Thiago Fonseca: “Lênin na Inglaterra: Mario Tronti e o operarismo italiano”. Finalmente, para a descoberta da autonomia da classe operária, remeto a TRONTI, “Marx, forza-lavoro, classe operaia”, esp. cap. 4.

produção, “objetivamente condenada à extinção pelas vanguardas capitalistas”, isto é, pelo modo fordista de organização da produção e, principalmente, dos salários, que a essa época despontava do outro lado do Atlântico. Noutra, Romano Alquati realizou diversas pesquisas empíricas nas mais importantes fábricas metalúrgicas da Itália durante anos 1960 e observou a adoção da organização dita científica – isto é, taylorista – do trabalho, lá ocorrida tardiamente em relação aos países do Norte europeu e aos Estados Unidos, bem como suas consequências para a produção e para a organização política operária.¹⁸

A reação capitalista decerto foi capaz de derrotar a organização operária no curto prazo, sendo a Greve Geral de 1926 na Inglaterra o último levante daquele ciclo de lutas. Com o passar do tempo, entretanto, tal reação mostrou-se débil. O enfrentamento do problema real, isto é, a admissão da autonomia operária e a edificação de mecanismos capazes de controlá-la, assinala Negri, foi apenas postergado. Pior, à reação capitalista sobreveio um efeito colateral, a saber, a reprodução ampliada da classe operária, agora massificada, e sua recomposição política num nível mais alto de socialização. A reação capitalista, nesse sentido, dá início a um novo processo de socialização da exploração, que agora assume as dimensões do próprio Estado e, sob esse ponto de vista, o problema deflagrado em 1917 não é somente postergado, mas ampliado.

Isso, sustenta Negri, fica claro em 1929, quando o fracasso da estratégia capitalista irrompe implacavelmente. O excesso de oferta indica que a massificação da força de trabalho e, por conseguinte, da produção de mercadorias não podia se sustentar sem o correspondente aumento do consumo, ou seja, sem um expressivo crescimento da demanda. Assim, o problema adiado em 1917 reaparece. Como já dito, não é mais possível excluir a classe operária – e, em termos mais gerais, a política – da ordem econômica. É preciso não só a admitir em toda a sua potência revolucionária, mas também regulá-la em favor do capital, somando aos já existentes taylorismo e fordismo uma nova estratégia de intervenção. Da intuição política dos anos 1910 à ciência econômica dos anos 1930, da crítica ao Tratado de Versalhes à proposição de um Estado-social, procurei sumarizar acima a interpretação negriana do percurso traçado por Keynes na resolução desse problema – de fato, uma terceira frente do exame operarista das mutações no desenvolvimento do capital e no desenvolvimento da luta de classe após 1917.¹⁹ No entanto, a classe operária não é um problema que possa ser solucionado em termos meramente teóricos. Ela é um desafio político ao capital e, portanto, deve ser enfrentada principalmente nesse terreno. Nesse sentido, as “consequências políticas” do pensamento de Keynes, especialmente, no que nos

¹⁸ Cf., respectivamente, BOLOGNA, “Composição de classe e teoria do partido na origem do movimento dos conselhos de trabalhadores” e ALQUATI, *Sulla Fiat e altri scritti*. Além disso, ver também BOCK; CARPIGNANO; RAMIREZ, *La formazione dell'operaio-massa negli USA*.

¹⁹ Assim, se quisermos nos valer de um esquema, diremos que a investigação operarista do desenvolvimento capitalista e da luta de classes no século XX compreende um exame do taylorismo na organização do trabalho, um exame do fordismo na relação salarial, e um exame do keynesianismo na macroeconomia, tudo isso coligado ao exame de uma nova composição da classe operária, isto é, do operário-massa. Cf. NEGRI, *Cinco lições sobre Império*, pp. 59-67.

diz respeito, a constituição efetiva do Estado-social na primeira metade do último século, são cruciais.²⁰

Tal constituição teve início nos Estados Unidos dos anos 1930. Em certos países europeus, como a França e a Inglaterra, o conservadorismo político impediu qualquer espécie de reforma profunda. Em outros, como a Itália e a Alemanha, a reação à classe operária se deu nas formas do fascismo e do nazismo. Desse modo, embora a ameaça comunista, ao menos em termos geográficos, estivesse mais próxima do continente europeu, somente em solo estadunidense um Novo Acordo [*New Deal*] democrático foi promovido para superar os efeitos da crise.

Rigorosamente, o *New Deal* de Franklin Delano Roosevelt não pode ser qualificado como uma consequência do pensamento de Keynes. Procurar esse tipo de conexão direta, admite Negri, traria resultados decepcionantes. Contudo, ele prossegue, trata-se de um experimento político que surge das “mesmas necessidades, provocadas por uma reflexão análoga sobre a crise”. Assim, a despeito da cegueira do próprio Keynes sobre esse assunto, o *New Deal* constituiria uma espécie de paralelo prático de seus avanços teóricos, a melhor concretização de suas propostas econômicas. Nos Estados Unidos, dirá Negri junto a Hardt, o Estado passou a ser celebrado não só como mediador dos conflitos, mas também como motor do desenvolvimento econômico e social. No plano jurídico, indireto, as transformações na estrutura estatal puseram em movimento mecanismos processuais que elevaram a confiança e as expectativas dos investidores. No plano econômico, direto, o “keynesianismo” – ou ao menos uma solução análoga àquela proposta pelo economista britânico – foi aplicado às políticas trabalhista e monetária, e o Estado tomou um papel central na regulação da economia.²¹

Todavia, a transformação da forma-Estado, presente tanto na *Teoria geral* quanto no *New Deal*, não reside apenas no aumento da capacidade de intervenção estatal, mas também, e principalmente, no modo que suas estruturas têm de refletir o impacto da classe operária. Aquilo que há de mais importante na nova forma-Estado não é meramente sua estrutura organizacional pautada no intervencionismo, mas o tipo particular de dinâmica de classe que ela incorpora.

Como dito acima, de acordo com a leitura de Negri – e também a do operarismo italiano, em termos gerais – a reação capitalista ao impacto de 1917, com a adoção do taylorismo e do fordismo, resultou em maiores socialização e massificação da força de trabalho. A essa alteração da chamada “composição técnica” da força de trabalho correspondeu uma transformação da “composição política” da classe operária, cujas lutas passaram a transbordar o âmbito fabril e a espalhar-se paulatinamente por todo o terreno social. Desse modo, a fim de fazer frente à recomposição da classe operária, o capital foi constrangido a mover-se também nesse terreno, deslocando para o todo social o lócus de sua atuação. Eis o quadro que Keynes precisava mistificar. Longe de basear-se no interesse geral e na promoção do bem comum, como suporia a ideia de um “Estado fundado no trabalho”, a nova forma-Estado reconduzia os modos de domínio do capital sobre a classe

²⁰ Para as consequências políticas do pensamento de Keynes, cf., entre outros, WATTEL (Org.), *The policy consequences of John Maynard Keynes*.

²¹ Cf. HARDT; NEGRI, *Império*, p. 263.

operária a uma dimensão ampliada. Ou seja, se a ordem econômica do século XIX pregava o domínio absoluto na fábrica e a anarquia na sociedade (ou melhor, em sua condução econômica), após 1917 e, sobretudo, 1929 o capital é obrigado a exercer seu domínio também nesta última esfera, passando “à difusão social da organização para a exploração, à organização social do despotismo, à nova forma de Estado planificado que reproduz diretamente – no modo particular de articulação social entre organização e repressão – a figura da fábrica.”. Nesse momento, assevera Negri, “a contemporaneidade faz-se presente”.²²

Então, o Estado-social é o Estado daquilo que os operaristas chamavam de “fábrica-social”. Já em *La fabbrica e la società*, de 1962, Tronti, apoiando-se na leitura do segundo livro d’*O capital*, apontava para uma dimensão da socialização da produção na qual os traços específicos da organização fabril, compreendidos como o modo de domínio político do capital sobre os operários, expandiam-se para o terreno social. Em suas palavras,

quanto mais avança o desenvolvimento capitalista, ou seja, quanto mais penetra e se estende a produção do mais-valor relativo, tanto mais se conclui o círculo produção-distribuição-troca-consumo, ou seja, tanto mais a relação entre produção capitalista e sociedade burguesa, entre fábrica e sociedade, entre sociedade e Estado, faz-se orgânica. No nível mais alto do desenvolvimento capitalista, a relação social se torna um *momento* da produção, a sociedade inteira se torna uma *articulação* da produção, portanto toda a sociedade vive em função da fábrica e a fábrica estende seu domínio exclusivo sobre toda a sociedade. É sobre essa base que o Estado político tende a se identificar sempre mais com a figura do *capitalista coletivo*, torna-se cada vez mais uma propriedade do modo capitalista de produção e, então, *função do capitalista*.

Assim, por mais que Keynes demonstrasse pouco interesse pela obra de Marx, Negri aproxima as considerações keynesianas sobre o Estado-social ao exame marxiano do capital social que já vinham sendo examinadas no interior do operarismo e, mais que isso, enxerga na iniciativa rooseveltiana uma espécie de realização histórica desses avanços teóricos.²³

Iniciada nos anos 1930, a expansão dos traços específicos da organização fabril para toda a sociedade chega a seu apogeu nos anos 1960, quando o Estado-social, completando a tríade do reformismo capitalista, composta também pelos já citados taylorismo e fordismo, faz-se presente não só nos Estados Unidos como em praticamente todo o mundo autoproclamado desenvolvido. Porém, ao mesmo tempo em que tal reformismo encontrava seu ponto de consolidação, o “partido da catástrofe” colocava-se mais uma vez como ameaça ao capital. Nesse sentido, se a “terapêutica” keynesiana seguida pelo *New Deal* e, posteriormente, pelos modelos europeu e japonês de Estado-providência, foi capaz de

²² NEGRI, “John Maynard Keynes e a teoria Capitalista do Estado em 29”, *infra*.

²³ As obras de Keynes e Marx são recorrentemente aproximadas por Negri. A respeito da fábrica-social, em específico, cf. NEGRI, “John Maynard Keynes e a teoria Capitalista do Estado em 29”, *infra*. Para a citação de Tronti, ver “La fabbrica e la società”, p. 48, grifos do autor.

sufocar a contestação operária nos anos que se seguiram à Revolução de Outubro, ela parecia não ser mais suficiente para enfrentar o operariado em sua nova composição de classe, caracterizada pelo maior grau de socialização e pela massificação.

Nesse ponto, chegamos a um novo marco histórico dos desenvolvimentos do capital e da luta de classes. Simbolizado principalmente por maio de 1968, um novo ciclo de lutas se abre nos anos 1960. O regime da fábrica-social, afirmam Hardt e Negri em *Império*, não conseguia conter as necessidades e desejos da juventude. A perspectiva de conseguir um emprego que garantisse um trabalho regular e estável, oito horas por dia, cinquenta semanas ao ano, por toda uma vida, que fora um sonho para muitos de seus pais, agora parecia-lhe uma espécie de morte. Além disso, a expansão do regime fabril para a dimensão do Estado permitiu que a contestação ocorresse de maneiras amplamente variadas, afirmando-se não só na esfera da produção como também, e principalmente, na esfera da reprodução social. Em países como França, Estados Unidos, Alemanha, Japão, Inglaterra e Itália, por exemplo, os levantes ocorridos nos anos 1960 tomaram a forma de manifestações culturais – ou melhor, contraculturais – que, insistem os autores, não deixaram de atingir os campos da economia e da política, impondo ao mesmo tempo novas formas de produção e de luta.²⁴

De acordo com a leitura negriana, são notáveis as semelhanças mantidas entre este e aquele marco do desenvolvimento capitalista e do desenvolvimento da luta de classes e, bem como em 1917-1929, a revolta da massa produtiva nos anos 1960 não passou despercebida ao capital, que mais uma vez se viu constrangido a reagir. Tal reação, mais uma vez como no ciclo de lutas anterior, foi conduzida conforme um eixo duplo. O primeiro limitou-se à repressão da classe operária no terreno produtivo, seja com a adição de novas tecnologias de organização da produção, como a informatização, seja com a divisão da força de trabalho – a nível nacional e internacional – entre a que contava com a garantia de emprego e cobertura social do Estado e aquela dependente do trabalho precário, quando havia algum, e excluída dos circuitos do *welfare*. Mas “a esse ponto”, dizem Hardt e Negri, o sistema tripartite do capital “tornou-se completamente obsoleto e precisava ser deixado para trás. [Ele] precisa conseguir um molde negativo e uma inversão da nova qualidade da força de trabalho; deve ajustar-se para ser capaz de comandar novamente”.²⁵ Nesse sentido, o segundo eixo da reação capitalista procurou, de sua própria maneira, absorver as novas qualidades produtivas do proletariado, passando a valorizar os novos aspectos linguístico, afetivo e intelectual do trabalho, rumo a uma nova forma tendencialmente hegemônica da produção, investigada por Negri até os dias atuais sob a rubrica de “biopolítica”. Além disso, as transformações no terreno produtivo ensejaram uma nova alteração na forma-Estado, ou ainda, o abandono do Estado como principal instituição reguladora da produção e da reprodução social. A partir de então, a estratégia capitalista de controle do proletariado, que já havia transbordado os muros da fábrica, ultrapassará também as fronteiras estatais e estender-se-á por todo o globo

²⁴ Cf. HARDT; NEGRI, *Império*. Ver também NEGRI, *Fine secolo*. Para um exame dessas transformações realizado no calor da hora, remeto a NEGRI, *I libri del rogo*.

²⁵ HARDT; NEGRI, *Império*, p. 297.

sob a forma do que inicialmente foi chamado de “Capitalismo Mundial Integrado” e, posteriormente, de “Império”.²⁶

Com sua leitura da obra de Keynes e da implantação do Estado-social, Negri deu continuidade às leituras operaristas da transformação do desenvolvimento do capital e do desenvolvimento da luta de classes realizadas desde o início dos anos 1960, fazendo-as avançar. Todavia, no mesmo período em que alcançava a compreensão dessa transformação, nosso autor se viu diante do desdobramento de um novo ataque ao capital, de um novo ciclo de lutas, responsável por uma ulterior metamorfose da produção e do comando capitalistas. Nesse sentido, a história que havia se tornado contemporânea em 1917-1929 parte em direção ao passado e uma nova contemporaneidade se abre em 1968. Desde então, ou ao menos desde *Crisi dello Stato-piano*, em que, apenas três anos após a publicação de *John Maynard Keynes e a teoria capitalista do Estado em 29*, aponta a derrocada do modelo erigido pelo keynesianismo, Negri tem procurado compreender as novas formas do poder capitalista e da resistência que a ele se erguem, visando a constituição de uma sociedade verdadeiramente democrática.²⁷ Mais de cinquenta anos depois, ainda nos cabe cumprir essa tarefa.

INTRODUCTION TO THE TEXT “JOHN MAYNARD KEYNES AND THE CAPITALIST THEORY OF STATE IN 1929”

Abstract: This issue offers a translation, unpublished in Portuguese, of “John M. Keynes e a teoria capitalista do Estado em 1929”, an important essay by Antonio Negri originally published in 1968. In order to present it to the Portuguese-speaking reader, I intend first of all to highlight the place of this essay within the author’s philosophical path, considering especially the context of his return to philosophical production after the period that he himself called “propaedeutics to class struggle” and his affiliation to the so-called “Italian workerism”. Then, I’m going to do some general considerations about Negri’s interpretation of Keynes’s work, emphasizing the so-called “political intuition” manifested by the British economist in relation to the new position of the working class in the post-war economic scenario and the development of that intuition in a systematic theoretical body. Finally, I hope to situate within a certain theoretical-political trajectory of the 1960s both Negri’s thesis on the emergence of the welfare state from Keynesian theory and the affirmation of a new historical landmark in capitalist and struggle developments of classes from 1917-1929, and also to indicate the appearance of a further milestone of these developments in the events that occurred in 1968.

Keywords: Antonio Negri – John Maynard Keynes – Italian workerism – Social-State – 1917-1929

²⁶ Para os diversos momentos do exame negriano da reação capitalista ao ciclo de lutas dos anos 1960 e de suas consequências, cf. GUATTARI; NEGRI, *As verdades nômade*, cap. 3, HARDT; NEGRI, *Labor of Dionysus*, parte 3 e HARDT; NEGRI, *Império*, cap. 3.3-3.6.

²⁷ Para as últimas conclusões da pesquisa realizada por Negri, cf. HARDT; NEGRI, *Assembly: a organização multitudinária do comum*. Para o *Crisi dello Stato-piano*, ver NEGRI, *I libri del rogo*, cap. 1.

Referências bibliográficas

ALQUATI, Romano. *Sulla FLAT e altri scritti*. Milano: Feltrinelli, 1975.

BOCK, Gisela; CARPIGNANO, Paolo; RAMIREZ, Bruno. *La formazione dell'operaio massa negli USA: 1898/1922*. Milano: Feltrinelli, 1976.

BOLOGNA, Sergio. “Composição de classe e teoria do partido na origem do movimento dos conselhos de trabalhadores”. In: *Processo de trabalho e estratégias de classe*. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1982, pp. 98-130.

CASARINO, Cesare; NEGRI, Antonio. *In the praise of de common: a conversation on Philosophy and Politics*. Minneapolis; London: University of Minnesota, 2008.

DELEUZE, G. *Conversações: 1972-1990*. Trad. Peter Pál Pelbart. 2a ed., São Paulo: 34, 2010.

FONSECA, Thiago Silva Augusto da. “Lênin na Inglaterra: Mario Tronti e o operarismo italiano”. *Cadernos de Ética e Filosofia Política*, v. 2, n. 29, pp. 144-57, 2016. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/cefp/article/view/124490/120985>>. Acesso em: 1 de março de 2017.

_____. “Negri, Hardt e a dialética hegeliana”. *Cadernos Espinosanos*, v. 30, pp. 173-91, 2014. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/espinosanos/article/view/83781/86682>>. Acesso em: 31 de outubro de 2017.

GUATTARI, Félix; NEGRI, Antonio. *As verdades nômades: por novos espaços de liberdade*. Trad. Mario Antunes Marino; Jefferson Viel. São Paulo: Editora Filosófica Politeia; Autonomia Literária, 2017.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Assembly: a organização multitudinária do comum*. Trad. Lucas Carpinelli; Jefferson Viel. São Paulo: Politeia, 2018.

_____. *Império*. Trad. Berilo Vargas. 7a ed., Rio de Janeiro: Record, 2005.

_____. *Labor of Dionysus: a critique of the State-form*. Minneapolis; London: University of Minnesota, 1994.

KEYNES, John Maynard. *A teoria geral do emprego, do juro e da moeda*. Trad. Mário R. da Cruz. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

_____. “Am I a Liberal?” In: *Essays in Persuasion*. 3a ed., Basingstoke; New York: Palgrave Macmillan, 2010.

_____. *As consequências econômicas da paz*. Trad. Sérgio Bath. São Paulo; Brasília: Imprensa Oficial; Editora da UnB, 2002. (Clássicos IRPI).

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política. Livro I: o processo de produção do capital*. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

- NEGRI, Antonio. *Cinco lições sobre Império*. Trad. Alba Olmi. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- _____. *Fine secolo: un manifesto per l'operaio sociale*. Milano: SugarCo, 1988.
- _____. *I libri del rogo*. Roma: DeriveApprodi, 2006.
- _____. *Il lavoro nella Costituzione*. Verona: Ombre Corte, 2009.
- _____. *Marx além de Marx: ciência da crise e da subversão: cadernos de trabalho sobre os Grundrisse*. Trad. Bruno Cava. São Paulo: Autonomia Literária, 2016.
- _____. “Un intellettuale fra operai”. In: SACHETTO, Devi; SBROGIO, Gianni (Org.). *Quando il potere è operaio*. Roma: Manifestolibri, 2009, p. 140–50.
- TRONTI, Mario. “Lênin na Inglaterra”. *Cadernos de Ética e Filosofia Política*, Trad. Homero Santiago. v. 2, n. 29, p. 158–63, 2016. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/cefp/article/view/124494/120989>>. Acesso em: 1 de junho de 2017.
- VIEL, Jefferson. *A formação do conceito de trabalho imaterial na filosofia de Antonio Negri*. Universidade de São Paulo, 2017. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8133/tde-05012018-111710/pt-br.php>>. Acesso em: 21 de janeiro de 2018.
- WATTEL, Harold L. (Org.). *The policy consequences of John Maynard Keynes*. London: Macmillan, 1985.